



O IMPARCIAL

DIA INTERNACIONAL DO COMBATE À HOMOFOBIA

MARANHÃO É UM DOS ESTADOS COM MAIOR ÍNDICE DE HOMOFOBIA

PÁGINA 7

O USO DA ARTE COMO LUTA CONTRA O PRECONCEITO

PÁGINA 8

PANDEMIA, LGBTFOBIA E IMPACTOS DAS NEGLIGÊNCIAS DO ESTADO

PÁGINA 4

A IMPORTÂNCIA DA LUTA DE TODOS CONTRA A LGBTFOBIA

PÁGINA 9

NOME SOCIAL ATUALMENTE É UM DIREITO DE TODOS

PÁGINA 9

SANGUE DE LGBTQ+ TAMBÉM SALVA VIDAS

PÁGINA 9

O SIGNIFICADO DE CADA UMA DAS LETRAS DA SIGLA

PÁGINA 8

SAIBA COMO DENUNCIAR CASOS DE LGBTFOBIA

PÁGINA 9

OS DIREITOS DENTRO DO CASAMENTO LGBTQIA+

PÁGINA 10

OS PRIMEIROS CASAMENTOS GAYS DO MARANHÃO

PÁGINA 5

CÂMARA

Licenciamento ambiental é perigoso

A proposta afrouxa as regras e coloca o país sob o risco de novos grandes desastres ambientais, como os que ocorreram nas barragens de Brumadinho e Mariana

Aprovado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3.729/04 representa, segundo ambientalistas, um retrocesso na regulação do setor no Brasil. Conhecida como nova lei do licenciamento ambiental, a proposta afrouxa as regras e coloca o país sob o risco de novos grandes desastres ambientais, como os que ocorreram nas barragens de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais.

Isso porque diversas categorias de empreendimentos e atividades ficam dispensadas da obrigatoriedade de conseguir o licenciamento ambiental. Há, também, a possibilidade de investimentos emitirem uma licença sem que passem por uma fiscalização que garanta que as boas práticas de preservação ambiental estão sendo cumpridas. Para Jaqueline Ferreira, gerente de Projetos e Produtos do Instituto Escolhas, os riscos do PL são “inúmeros”.

“Quando você fala de licenciamento ambiental, fala desde pequenas empresas até obras de barragens como Brumadinho ou Belo Monte. O projeto flexibiliza, de forma muito grave, o que temos hoje. Então, há riscos ao meio ambiente e à população. O projeto está liberando uma série de atividades e, na prática, coloca o licenciamento como exceção, e não regra”, explicou.

Ela destaca que o texto prevê o afrouxamento de uma série de atividades com grande impacto ambiental, como agricultura e pecuária. Para



DESASTRES COMO MARIANA E BRUMADINHO FICAM MAIS FÁCEIS DE OCORRER

Jaqueline, o discurso dos governistas, de desburocratizar o licenciamento para incentivar a economia, é baseado em mentiras.

“O PL vem com um falso discurso para agilizar atividades essenciais, como o saneamento. Mas o governo vê a legislação ambiental como um entrave. Com o tratamento de efluentes de indústrias, é preciso ver riscos de impacto e ver se o empreendimento está cumprindo o que promete. Isso que está sendo feito não é aprimoramento, é destruição”, observou, acrescentando que o PL pode dificultar a entrada do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Luísa Lima, porta-voz do Greenpeace, ressaltou que o projeto permite que empreendimentos como barragens, que são consideradas de médio impacto, sejam autolicensedáveis. “O que é considerado de médio impacto? As barragens de Mariana e Brumadinho, por exemplo. A implantação de

barragens desse tipo passa a ser autolicensedável. Então, a gente corre riscos de ver tragédias como essas. Por isso é tão preocupante”, alertou.

Ela também critica o fato de que cada estado poderia definir suas regras sobre a atuação de empresas no contexto ambiental, o que criaria insegurança jurídica e abriria espaço para a corrupção. “Cada estado vai poder legislar do jeito que quiser. E vai gerar uma guerra, uma corrida por flexibilização. Para atrair empreendimentos, estados podem reduzir as regras, o que abre espaço para corrupção”, observou.

Luisa espera que o tema seja debatido de forma mais ampla no Senado, ao contrário do que ocorreu na Câmara. “A situação no Congresso é muito preocupante. O texto foi produzido a portas fechadas, a gente só tomou conhecimento esta semana. A sociedade foi excluída do debate e vamos ver se, no Senado, teremos um debate justo”, afirmou.

EDUCAÇÃO

Universidades recebem R\$ 2,61 bilhões

Após meses de aperto no caixa, as universidades federais terão alívio temporário no orçamento. O Ministério da Economia anunciou ontem a liberação de R\$ 2,61 bilhões para essas instituições de ensino, que vivem situação dramática. Os recursos ajudarão a recompor o orçamento de gastos discricionários.

Embora sejam definidos como não obrigatórios, os gastos discricionários englobam despesas essenciais para o funcionamento de serviços públicos, como contas de luz, telefone, internet, água, material de escritório, combustíveis, manutenção de prédios e de equipamentos. No caso das universidades, o pagamento de bolsas também é considerado despesa discricionária.

Na quinta-feira, foi publicado no Diário Oficial da União crédito suplementar de R\$ 18,7 bilhões que aliviará os cofres de diversos órgãos e ministérios afetados pelo contingenciamento (bloqueio temporário) de recursos, anunciado no fim de abril.

Logo após a sanção do Orçamento de 2021, o governo anunciou o contingenciamento de R\$ 9,2 bilhões e o veto de R\$ 19,8 bilhões em gastos. Os cortes foram necessários para garantir a execução de despesas obrigatórias que haviam sido remanejadas para emendas parlamentares.

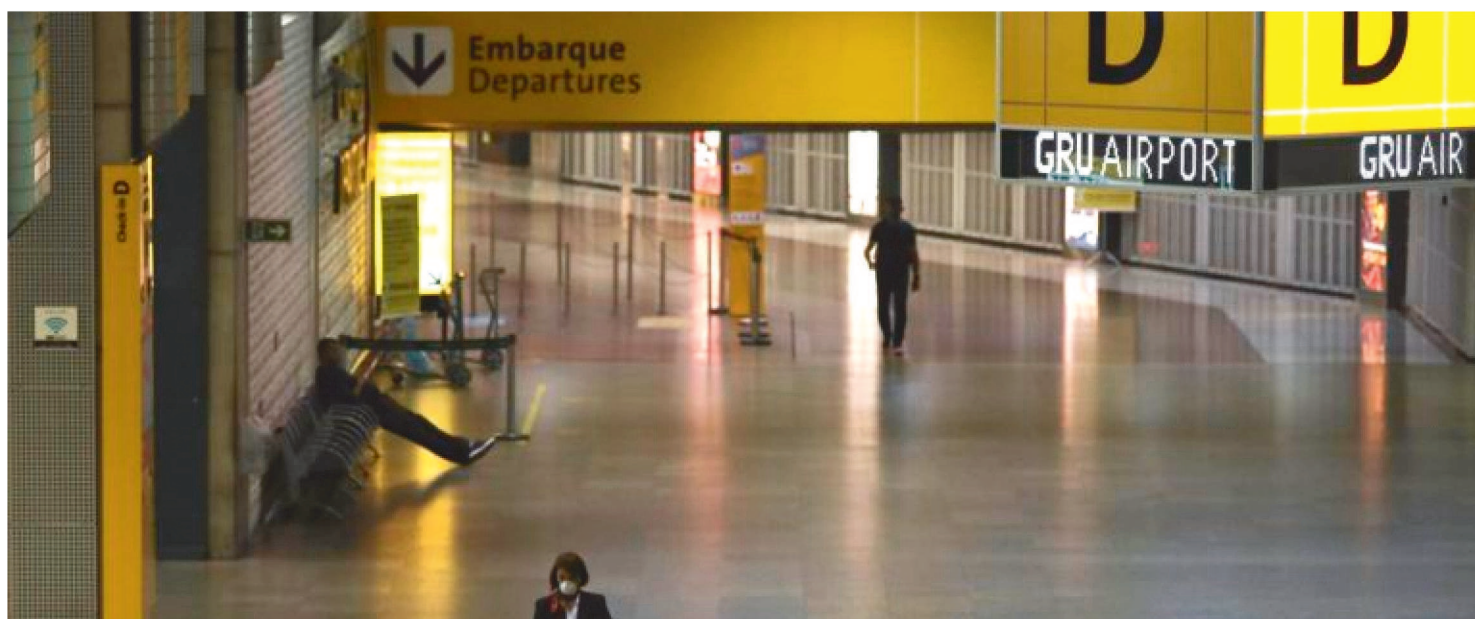
Nesse processo, o Ministério da Educação teve R\$ 3,5 bilhões cortados: R\$ 2,73 bilhões bloqueados temporariamente e R\$ 1,2 bilhão vetados. Quase a totalidade dos cortes, na ocasião, referiam-se a verbas para o ensino superior, com a alegação de que as universidades não estavam funcionando presencialmente durante a pandemia de covid-19.

Na última quinta-feira, o ministro Milton Ribeiro encaminhou ofício ao Ministério da Economia pedindo a liberação de R\$ 5,3 bilhões para custear demandas essenciais da área. No documento, o MEC afirmava não ter recursos para a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2021, cuja previsão de gastos chega a R\$ 794 milhões. Também apontava falta de dinheiro para custear bolsas de 92 mil cientistas, voltados para pesquisas da covid-19, livros didáticos e de médicos residentes.

A iniciativa do ministro ocorreu após várias universidades alertarem que podem até paralisar atividades devido à falta de recursos. Na própria quinta-feira, o governo liberou R\$ 152 milhões do orçamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Isso ocorreu após a instituição ter comunicado a possibilidade de fechar as portas em julho próximo.

AEROPORTOS

Governo proíbe entrada de voos vindos da Índia



RESTRIÇÃO VALE PARA REINO UNIDO, IRLANDA DO NORTE E ÁFRICA DO SUL

O governo federal publicou uma portaria que proíbe temporariamente a entrada no país de passageiros estrangeiros de voos com origem ou passagem pela Índia, pelo Reino Unido, pela Irlanda do Norte e pela África do Sul. O texto é assinado pelos ministros Marcelo Queiroga (Saúde), Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil) e Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública) e foi publicado em edição extra do DOU. Um dos motivos alegados na portaria é o impacto epidemiológico das novas variantes do coronavírus identificadas justamente nesses países. A Índia, por exemplo, vive um agravamento da pandemia, com cerca de 4 mil mortes diárias e centenas de milhares de novos contaminados a cada dia.

O Brasil já havia proibido voos do Reino Unido, da Irlanda do Norte e da África do Sul

no final do ano passado e em janeiro deste ano, mas é a primeira vez que a Índia sofre o mesmo tipo de restrição. A nova portaria restringe também a entrada de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por fronteiras terrestres e aquaviárias.

As restrições não se aplicam a brasileiro nato ou naturalizado; imigrante com residência de caráter definitivo no território brasileiro; profissional

estrangeiro em missão a serviço de organismo internacional, desde que identificado; funcionário estrangeiro acreditado junto ao governo brasileiro; estrangeiro que tenha cônjuge, companheiro, filho, pai ou curador de brasileiro, ou que tenha ingresso autorizado especificamente pelo governo brasileiro ou portador de registro nacional migratório. O transporte de carga também não será afetado. No caso de um estrangeiro que se enquadre nessas exceções, com origem ou histórico de passagem pelo Reino Unido, Irlanda do Norte, África do Sul e Índia nos últimos quatorze dias, ao ingressar no território brasileiro ele deverá permanecer em quarentena por quatorze dias. Todos os viajantes internacionais que chegam ao Brasil ficam obrigados a apresentar à companhia aérea o exame RT-PCR com resultado negativo nas últimas 72 horas contadas do início do embarque no país de origem. Nestes casos, serão aceitos exames em português, espanhol ou inglês, que tenham sido realizados em laboratório reconhecido pela autoridade de saúde do país de embarque.

POLÍTICA

DEM pede expulsão de Rodrigo Maia



RODRIGO MAIA FOI PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Após as fortes críticas do ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), ao presidente nacional do DEM, ACM Neto, a sigla deliberou pela expulsão de Maia do partido.

A informação é do deputado Arthur Maia (DEM-BA), que em publicação no Twitter afirma ainda que Rodrigo Maia deve perder o mandato.

“O DEM deliberou pela expulsão de Rodrigo Maia. Depois que perdeu todo o apoio dentre os deputados, não havia mais clima para ele no partido”, afirmou Arthur. “Mesmo sendo expulso, Rodrigo Maia deverá perder o mandato, pois é óbvio que a agressão gratuita e grosseira contra o presidente do partido configura uma desfiliação indireta”, declarou.

Arthur insulta o ex-correligionário chamando-o de “Nhonho” – referindo-se ao personagem da série mexicana “Chaves” – e afirma que o ex-presidente virou “figura odiada pelos brasileiros”.

Rodrigo Maia decidiu formalizar seu pedido de saída do DEM, após a decisão, Maia usou suas redes sociais para fazer fortes críticas a ACM Neto. “Malandro baiano”, “Esse baixinho não tem caráter” e “Bolsonaro presidente e ACM Neto vice-presidente. Não sobrou nada além disso” foram alguns dos ataques postados pelo deputado.

COVID-19

Cidade de Arari decreta lockdown até dia 27

Prefeitura de Arari decretou o bloqueio total das atividades em dias específicos para combate da transmissão do novo coronavírus no município

SAMARTONY MARTINS

Com 675 casos confirmados e 24 óbitos em decorrência da Covid-19, a prefeitura de Arari decretou o bloqueio total das atividades em dias específicos em combate à transmissão do novo coronavírus no município, em exceção aos estabelecimentos da área da saúde, como farmácias, clínicas médicas entre outros. A medida começou a valer na cidade na última quinta-feira (13) e estará em vigor até o dia (27).

No mês de abril, o prefeito Rui Filho adquiriu cinco respiradores junto ao Ministério da Saúde, para reforçar o atendimento e o tratamento de pacientes infectados pelo novo Coronavírus. Os equipamentos de ventilação mecânica já foram entregues ao Hospital Municipal Jorge Oliveira à disposição da unidade de saúde. “Estes são equipamentos muito importantes para o município, pois salvará muitas vidas. É uma boa iniciativa da gestão municipal, que atenderá a população não apenas durante a pandemia e em casos de Covid-19, mas que melhorará o atendimento em saúde de forma permanente”, comentou o médico Rodrigo Vilarinho. Na época a secretária de Saúde de Arari, Rosário Abas, também falou a respeito da aquisição. “É com muita alegria que recebemos esses equipamentos, que melhorarão de forma sistêmica o tratamento de pacientes com Covid-19”, disse ela.

As ações começaram no mês de março, diante da crise social e no sis-



A MEDIDA COMEÇOU A VALER NA CIDADE NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA (13)

tema de saúde ocasionada pela segunda onda da pandemia do Novo Coronavírus, gestores municipais, autoridades de saúde e de segurança pública se reuniram para estabelecimento de novas medidas em Arari. Na prefeitura Rui Filho convocou reunião, em caráter de urgência, com participação da secretária municipal de Saúde, Rosário Abas, coordenadores da Atenção Primária, da Vigilância em Saúde e da Vigilância Sanitária. O evento teve também participação do Comitê da Covid-19 em Arari, para

acordarem atualização das normas municipais.

Com o bloqueio total das atividades em Arari, o toque de recolher, será uma das medidas válidas durante o período de restrições. De segunda a sábado, a partir das 21h até 4 horas de segunda-feira estará proibido a circulação de pessoas, bem como a suspensão de todas as atividades comerciais e prestação de serviços, inclusive delivery e drive thru. A suspensão terá validade durante 15 dias conforme o decreto publicado.

BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

Programa do Ministério da Economia em São Luís



A IMPLANTAÇÃO É UMA AÇÃO DA GESTÃO DO PREFEITO EDUARDO BRAIDE, QUE BUSCA DESBUROCRATIZAR O SERVIÇO PÚBLICO

A Prefeitura de São Luís, por meio do Instituto de Previdência e Assistência do Município (IPAM), assinou, na manhã desta sexta-feira (14), o termo de ratificação ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência, o Pró-Gestão RPPS. Trata-se de mais uma ação da gestão do prefeito Eduardo Braide, que busca desburocratizar o serviço público.

Essa certificação tem como objetivo o reconhecimento das boas práticas de gestão e estimula um novo modelo de governança. O seu processo proporciona benefícios internos e externos ao órgão, colabora com a redução de custo e retrabalho, além do aumento da produtividade e eficiência.

O ato, que ocorreu na sede do IPAM, contou com a presença da presidente do órgão, Nádia Quinzeiro, do secretário municipal de Governo, Enéas Fernandes, e do coordenador geral de Auditoria e Contencioso, da Subsecretaria dos Regimes Próprios

de Previdência, do Ministério da Economia, Miguel Chaves.

O representante do Ministério da Economia, Miguel Chaves, destacou a decisão do órgão. “Parabenizo o IPAM por essa iniciativa de formalizar o compromisso de cumprir os procedimentos para buscar a certificação institucional, que uma vez obtida, vai trazer ao município a modernização da gestão previdenciária”.

“A gestão Eduardo Braide imprime agilidade na prestação do serviço público, transparência, controle, qualidade e a melhoria dos serviços da cidade. Estamos desenvolvendo esse espírito de trabalho e de empreendedorismo no serviço público. E hoje, estamos aqui no IPAM, para demonstrar os benefícios que o município terá, como melhor arrecadação, prestação de serviço e celeridade”, disse o secretário municipal de Governo, Enéas Fernandes, que representou o prefeito Eduardo Braide no ato.

A implantação do programa será

em quatro fases, que vai desde o diagnóstico referente ao nível de aderência; passa pelo planejamento de ações; a implementação, manutenção e monitoramento; até a realização da auditoria para a esperada certificação.

De acordo com a presidente do IPAM, Nádia Quinzeiro, essa é mais uma ação em favor da excelência na execução do serviço público e na melhoria da concessão de benefício aos segurados.

“Mais um marco da gestão do prefeito Eduardo Braide rumo a excelência. Estamos aqui pautados na melhoria dos serviços, com base na tecnologia, planejamento, boa governança e boas práticas. O selo do Pró-Gestão será buscado como uma meta principal aqui no IPAM, para garantir que o servidor, ao chegar, tenha um bom serviço prestado e com a maior agilidade possível tenha seu benefício concedido”, garantiu a presidente do IPAM.

APARTE

Felipe Klamt
felipeklamt@yahoo.com.br



Não sei



– Viável adivinhar quantas palavras o general Pazuelo vai utilizar no depoimento da CPI da Covid. Pode ficar entre o não sei, não lembro, não foi ele, não recebi ordem, não fui informado, não que eu saiba, não vou responder....



Novembro? – Somente a pressão pode ser a causa para a reunião de emergência marcada entre os partidos no próximo dia 31 de maio com a pauta de alinhamento pensando nas eleições de 2022. Todos continuam afirmando que vai ser um encontro de bons amigos, tipo de compadre, para um café seguida de fotos, possivelmente, tentando fazer os inocentes acreditarem que todos os pré-candidatos desejam o melhor ao próximo. Infantil!

Seis em um

Pela entrevista da turma do “Coletivo Nós” no programa de debate Os Analistas fica evidente que a Câmara de Vereadores e a Prefeitura de São Luís ainda devem ter muita dor de cabeça nas cobranças, com propostas inteligentes, mas incisivas. Sem dúvida, a criação da Secretaria de Juventude será uma das pautas que o prefeito Eduardo Braide (Podemos) vai ter que rever e trabalhar para implantar atendendo o segmento que pode fazer ruídos estridentes na sua gestão. Juventude é ser o hoje, amanhã tá é velho!

APARTEANDO

Tem tempo – Todos querem, exigem e esperam ansiosamente que o ex-prefeito e natural pré-candidato a governador, Edivaldo Holanda, assine sua ficha de filiação em um novo partido. Vivido e conhecedor das figuras que conviveu, sabe que o tempo e a decisão está no seu cronômetro. Não vai dar espaço para malandro bater!

Um trocado – Mais uma vez a desembargadora Nelma Sarney deu provas que não está nem aí para a opinião pública. Cobrou do Tribunal de Justiça verba extra para poder ficar trabalhando no conforto da sua casa. Realmente o passado de poder continua na sua mente!

Bancando – Nova dupla, Pedro Lucas Fernandes (ainda sofrendo no PTB) e Edilázio Júnior (PSC), na coordenação da bancada maranhense da Câmara dos Deputados devem dar o que falar no encaminhamento das emendas. Aliados do pré-candidato Weverton Rocha (PDT) podem escutar o mestre de como aplicar os fundos pensando na eleição de 2022. Será que Dino vai deixar barato?

Clássico – Resta saber quanto custou a transmissão, pela TV Mirante, do jogo Sampaio e Moto para os torcedores do Maranhão. Depois de mais uma furada do secretário de Esporte, Rogério Cafeteira (DEM), convencendo o governador a entupir o estádio, quem ganha é Fernando Sarney. Dizem que será o presidente CBF, lugar correto para os corretos!

CAUSO DE LUIZ PEDRO

“Metralhadora”

Por Luiz Pedro

No início da década de 70, O Imparcial ainda utilizava a composição “a quente”. O jornal era produzido em enormes linotipos que fundiam uma liga de chumbo a cerca de 700 graus Celsius. Um dos mais competentes linotipistas era o Mascarenhas. Ágil, competente, tinha uma liderança natural sobre os colegas. Quando a composição passou a ser “a frio” e as linotipos foram aposentadas, Mascarenhas passou a ser o gerente industrial do matutino. Numa determinada noite, o calmo Mascarenhas chegou ao trabalho altamente embriagado e, de uma hora para a outra, tirou as roupas e passou a circular nu pelas oficinas do jornal. Os colegas, então, enrolaram-no com o papel retirado das enormes bobinas usadas na impressão e o meteram num carro, levando-o para casa. No dia seguinte, já circulava o apelido: “Metralhadora”. Eu, sem entender, perguntei o porquê do apelido. E me explicaram: “Você não viu? É como uma metralhadora – cano curto e pente longo”.

São Luís, segunda-feira, 17 de maio de 2021

PELO DIREITO DE AMAR

Casamentos gays
marcados pela luta

SAMARTONY MARTINS

Foi a busca de garantia que fez com que Lêda Maria e Celise Regina trocassem alianças, em 2007. As duas, que na época já viviam juntas, protagonizaram a primeira união entre homossexuais do Maranhão e a terceira do nordeste. A cerimônia foi realizada no cartório de Registro Civil e de Documentos, no Beco Catarina Mina, no Centro Histórico de São Luís, onde assinaram um contrato de união civil homoafetiva, que garante os mesmos direitos de casais heterossexuais que se casam no civil.

Passados 14 anos, na semana de luta contra a homofobia, transfobia e bifobia, O Imparcial, conversou com Celise Regina, sobre a importância do ato, que marcou a história para o movimento LGBTQI+ no Maranhão.

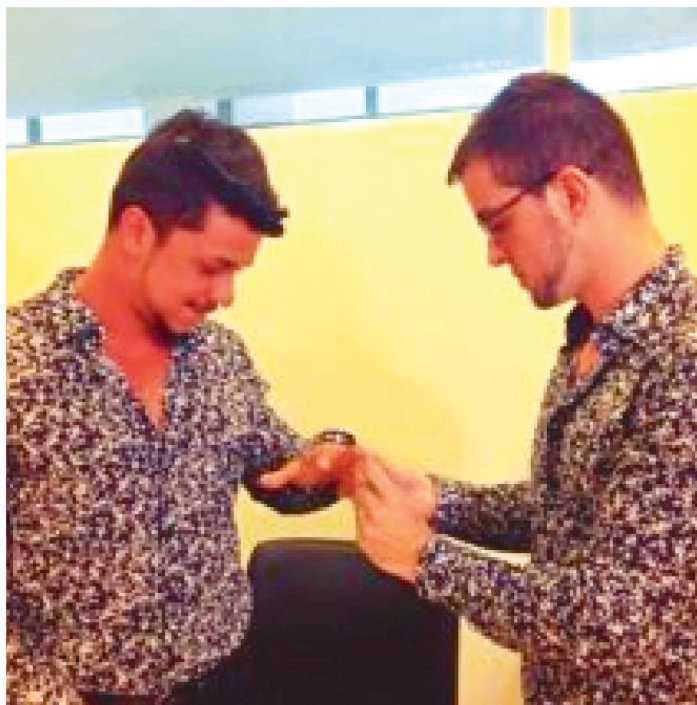
“Nós somos duas mulheres lésbicas, que naquele momento iniciávamos a construção do grupo Gayvota, que ajudamos a fundar, e, nessa militância a gente observava muito os incômodos que a falta de garantia de direitos nos causava. Nós vivíamos por quase 11 anos juntas, tínhamos despesas juntas e determinadas decisões nem eu e nem a companheira poderíamos tomar sem ter que consultar os familiares. Naquela época a gente não podia declarar imposto de renda juntas, abertura de conta conjunta, era sempre um problema. Até que um dia a Leda teve que passar por um procedimento cirúrgico e que eu não pude autorizar. Eu tive que ir atrás da mãe, do irmão para autorização e aquilo me incomodou po demais. A vida dela estava em risco e eu tive que perder um tempo danado para ir atrás de familiares para autorizar tal procedimento. E nós como militantes precisávamos mostrar a sociedade que nós tínhamos direitos que estavam sendo vetados. E nessa tentativa de busca de direitos, e fomos buscar a legalidade da questão. E realizamos uma união estável”, contou Celise Regina.

Em entrevista a O Imparcial, Celise Regina afirmou que o que mais a marcou após a união estável, foi quando uma mãe que tinha um filho de um casamento anterior e vivia com uma outra mulher por quase nove

anos, descobriu que estava com um câncer terminal e ela tinha receio que o pai da criança tomasse o filho de sua companheira. Ela queria esse direito assegurado, pois ambas criaram a criança juntos. “A nossa união estável possibilitou com que histórias como essa tivessem um final feliz”, contou Celise Regina, que apesar de estar separada de Leda, afirma que a sensação de ter casado e ter seus direitos e de sua companheira garantidos por lei é uma grande conquista para o movimento LGBTQI+.

Celise Regina, acrescentou ainda que o dia 17 de maio, é uma data visa conscientizar a população em geral sobre a luta contra a discriminação dos homossexuais, transexuais e transgêneros. “Sou militante desde 2003, mas eu comprei diversas outras lutas, como o movimento Aids, e pelo movimento de mulheres lésbicas. Atualmente tento dar visibilidade para os direitos de mulheres lésbicas na construção civil, onde a maioria não são aceitas porque não tem um papel dizendo que elas são pedreiras, bombeiras hidráulica ou electricistas. Que se os homens forem não tem necessidade de provar. Ainda temos muito a lutar. O que busquei aqui fora foi me ver como ser humano, e conquistei meus direitos sem agredir a sociedade, por meio do respeito”, contou Celise Regina.

O primeiro casamento entre homens



Outro casamento homoafetivo que também marcou a história no Maranhão foi o dos empresários Ruber Paulo e Armando de Souza. Eles foram o primeiro casal gay do Maranhão a oficializar união, logo após a resolu-

ção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obrigou, no ano de 2013, os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento. A cerimônia aconteceu na sede da 7ª Vara de Família da capital, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

Ruber contou sobre a importância do seu casamento para O Imparcial. “Acredito que a exposição da nossa união, além de informar, estimulou vários casais que, inclusive, já viviam juntos há muitos anos e ainda não haviam constituído, legalmente, um casamento. Eu e Armando nos divorciamos, após dois anos de casados. Eu diria a quem pretende oficializar a sua união, é que se houver sentimento e congruência de ideais, a oficialização é importante e necessária”, disse o produtor cultural. E acrescentou: “Eu acredito que o movimento se fortaleceu nos últimos anos. Além da conquista de direitos, tivemos o orgulho de ver grandes artistas gays se destacarem nacional e internacionalmente”, avaliou Ruber Paulo.

Sobre o reconhecimento

O reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil como entidade familiar, segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável entre o homem e a mulher, foi permitido pelo Supremo Tribunal Federal, em uma votação 10-0, no dia 5 de maio de 2011, no julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277, proposta pela Procuradoria-Geral da República, e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, apresentada pelo governador do estado do Rio de Janeiro.

Em 25 de outubro de 2011, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em uma votação 4-1, deu provimento a um recurso especial impetrado por duas mulheres que queriam se casar. A Corte entendeu que a Constituição assegura a casais homoafetivos o direito de se casarem e que o Código Civil vigente não impede o casamento de pessoas do mesmo sexo. Citando essas decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, tribunais estaduais de Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Bahia, Piauí, São Paulo, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Santa Catarina e Paraíba, por meio de atos normativos, autorizaram o casamento de pessoas do mesmo sexo em suas jurisdições. Em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em uma votação 14-1, aprovou a Resolução nº 175, que veda todos os cartórios do país a recusa de habilitar e celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo e converter a união estável homoafetiva em casamento. Isso estabeleceu o casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo o Brasil. A decisão foi publicada em 15 de maio e entrou em vigor em 16 de maio de 2013.

São Luís, segunda-feira, 17 de maio de 2021

Maranhão

Estado com altos índices de homofobia

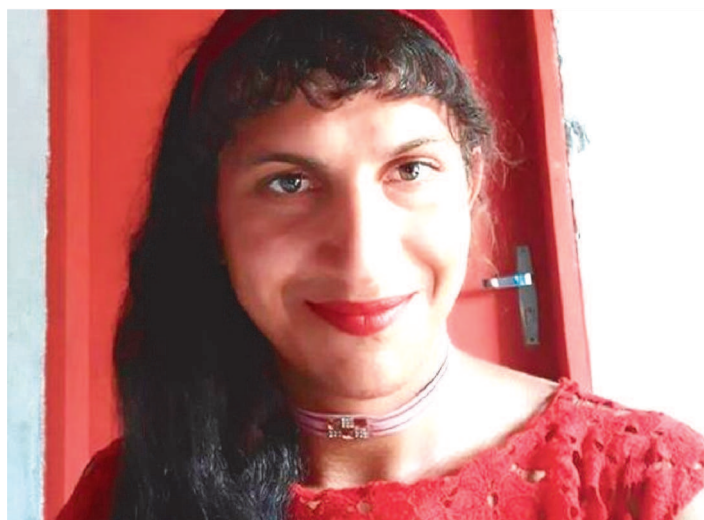
PATRÍCIA CUNHA

“A no passado, 9 pessoas LGBT foram brutalmente assinadas no Maranhão. Três casos na Região Metropolitana e seis nos demais municípios. Isso só comprova o que as estatísticas vêm mostrando, que é um problema muito grande quanto à população LGBT no estado do Maranhão”. O apelo é da jornalista e Secretária de Comunicação e Articulação Política da AMATRA (Associação Maranhense de Travestis e Transexuais) e vice-presidente da Casa FloreSer, Lohanna Pausini, sobre a LGBTfobia no estado do Maranhão.

Há 31 anos, no dia 17 de maio, a homossexualidade saía da lista de Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). Até então, uma série de países ainda tratava homossexuais como pessoas com desvios patológicos mentais, permitindo preconceitos e violações como terapias de reversão, a conhecida “cura gay”. Por causa desse avanço na luta por direitos civis, o dia 17 de maio tornou-se o Dia Internacional Contra a LGBTfobia, data oficial de reforço e rememoração das lutas da população LGBTQI+ contra a violência e perseguição às quais é submetida.

No ano passado, o Brasil assegurou para si o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram acima da média. Segundo o Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Brasil teve 175 assassinatos, todos contra pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento, ressaltando a subnotificação e ausência de dados governamentais. “Os dados não refletem exatamente a realidade devido à subnotificação, que aumentou, mas demonstram, a partir desta pesquisa, que o Brasil vem passando por um processo de recrudescimento em relação à forma com que trata travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans. Isso reforça a importância do nosso trabalho, que, desde seu início, tem se firmado como uma importante ferramenta na construção de dados, denúncias e na proposição de elementos que irão impactar a forma de combate à violência transfóbica em nossa sociedade”, disse Bruna Benevides, Secretária de Articulação Política da ANTRA.

Caso Natasha Nascimento



No dossiê, o Maranhão figura com três casos, mas, de acordo com a AMATRA, foram nove assassinatos, um deles ocorrido em outubro do ano passado, que vitimou Natasha Nascimento. Natasha voltava para casa e foi agredida por 5 pessoas. Ela foi encontrada na estrada com múltiplas fraturas e lesões na cabeça, chegou a ser internada, mas faleceu. Ela tinha 29 anos. “É importante que sejam acionadas diversas instituições, como OAB, Defensoria Públicas, Secretarias de estado e município para que a gente consiga encontrar uma saída pra isso, porque a gente faz a nossa parte, que é tomar a iniciativa, somos um coletivo LGBT, do qual eu faço parte, mas os coletivos, as ONGs sozinhas, sem o poder público, não conseguem alcançar a efetividade no combate à LGBTfobia. Quem é capaz de fazer isso é o poder público com leis, decretos, projetos, ação... a nossa parte é chamar a atenção para o problema”, disse Lohanna.

Em São Luís, acontece a Semana Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia, que será virtual e terá lives com debates. O evento é uma realização da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), com o apoio do Conselho Estadual LGBT, e será transmitido pelos canais oficiais da Secretaria.

“Maranhão é um dos estados mais LGBTfóbicos do país”

A LGBTfobia ocorre quando alguma pessoa sofre constrangimento, discriminação ou qualquer tipo de violência por ser julgada lésbica, gay, bissexual, travesti,

transsexual (L, G, B), não importando se realmente é, ou se o agressor apenas imagina que é.

No Maranhão, a Lei 8.444, de 2006, penaliza a prática de discriminação em virtude de orientação sexual. A pena pode ir de multa até cassação do alvará estadual de funcionamento, quando a LGBTfobia é praticada por alguma instituição ou estabelecimento. É possível registrar o boletim de ocorrência no site da Polícia Civil do Maranhão. “Dentro do Maranhão, apesar de todas as conquistas que tivemos, como por exemplo, o direito à mudança de nome e a própria lei de criminalização da LGBTfobia, ainda assim, o estado do Maranhão é um dos estados mais LGBTfóbicos do país, de acordo com a ANTRA. E a ONU nos coloca como o país que mais mata a população LGBT. Vivemos num país em quem mais pessoas trans são assassinadas apenas pela sua condição de ser, e aí tem outro ranking que bota o Maranhão como um dos estados que mais contribui para que isso aconteça. E a gente sente isso na pele”, lamenta Lohanna Pausini.



Dentro do Maranhão, apesar de todas as conquistas que tivemos, como por exemplo, o direito à mudança de nome e a própria lei de criminalização da LGBTfobia, ainda assim, o estado do Maranhão é um dos estados mais LGBTfóbicos do país.

Acolhimento para excluídos



Em uma iniciativa pioneira no estado, fundada pela psicóloga trans Raíssa Martins Mendonça a Casa Flore-

Ser, coordenada pelo Instituto Raíssa Mendonça é um espaço de acolhimento para a população LGBT que se encontra vulnerável socialmente. Inaugurada em fevereiro deste ano, acolhe vítimas de LGBTfobia com abrigo, assistência jurídica, médica, social e psicológica, além de capacitação para o mercado de trabalho.

Localizada no bairro Araçagi, a instituição tem como foco proporcionar oportunidades. “A gente acolhe pessoas vítimas de LGBTfobia, principalmente vítimas da exclusão familiar, pessoas que por isso, não conseguem se capacitar profissionalmente porque em geral também são excluídas da escola, portanto, ficando fora do mercado de trabalho, e por consequência, vulneráveis socialmente. As pessoas Trans não tem nenhuma chance de competitividade no mercado de trabalho. Assim, sobra o quê pra ela? marginalização, ela vai ter que se prostituir, ela vai se tornar uma vítima fácil para a própria criminalização”, explica Lohanna.

As pessoas trans não tem nenhuma chance de competitividade no mercado de trabalho. Assim, sobra o quê pra ela? marginalização, ela vai ter que se prostituir, ela vai se tornar uma vítima fácil para a própria criminalização.

A casa tem capacidade para acolher 90 pessoas. Atualmente está abrigando 7, pois a casa ainda está se estruturando fisicamente e financeiramente. Estão sendo viabilizados patrocínios e parcerias para que sejam implantados os cursos de capacitação que irão facilitar a inserção desse público no mercado de trabalho, tirando-o da vulnerabilidade social. A Casa é a primeira com essa finalidade no Maranhão. “Vamos tentar arrumar o nosso cenário frente à LGBTfobia, que é muito grave no Maranhão. Somos uma ONG, não temos recursos próprios para bancar, mas queremos muito participar desse processo de acolhimento de pessoas que são excluídas de tudo. Pessoas que vem à capital para fazer o processo de transexualização e que não tem onde ficar, a gente acolhe. Não estamos atendendo à total capacidade da casa ainda, porque estamos estruturando para dar conforto e comodidade para quem vamos abrigar”, disse Lohanna.



Somos uma ONG, não temos recursos próprios para bancar, mas queremos muito participar desse processo de acolhimento de pessoas que são excluídas de tudo.

17 DE MAIO

A importância do combate à LGBTfobia

Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser considerada um crime

PAULO PONTES

Nesta segunda-feira (17) é comemorado o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia. Em 1990, nesta data, a homossexualidade foi excluída da classificação de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A data visa conscientizar a população em geral sobre a luta contra discriminações de homossexuais, transexuais e transgêneros. No Brasil, a data está incluída no calendário oficial do país desde 2010, de acordo com o Decreto de 4 de junho do mesmo ano.

Objetivo desta data é debater os mais variados tipos de preconceitos contra as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, além de gerar o desenvolvimento de uma conscientização civil sobre a importância da criminalização da homofobia.

No dia 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser considerada um crime.

Antes lembrada apenas como o Dia Internacional Contra a Homofobia, a data passou a abranger toda a comunidade LGBTQIA+. Segundo um relatório, divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o país se mantém no ranking dos que mais contabilizam mortes de LGBTs.

O Brasil ainda é o país que mais

mata LGBTs do mundo. De acordo com o grupo que atua a mais de 100 anos em defesa dos direitos humanos dos homossexuais, no Brasil, em 2019, foram registradas 329 mortes violentas, sendo 297 homicídios e 32 suicídios. Em 2018, foram registrados 420 casos e em 2017, 445 mortes.

Lugar de fala: por que comemorar a data?

O Imparcial reuniu declarações de LGBTs maranhenses sobre a data, que é comemorada nesta segunda. Em entrevista, cada pessoa respondeu a mesma pergunta sobre o tema. “Eu comemoro o amor e amar. O amor genuíno entre duas pessoas e o amar quem eu sou, independentemente, de quem diz o contrário. O poder de amar são as asas que dão voo a nossa liberdade”, expressou Gabriela Dias Ribeiro. “A criminalização da LGBTfobia é muito recente, vamos completar apenas dois anos. Ainda estamos conquistando nossos direitos, de viver e sermos quem somos. É importante celebrar o combate à LGBTfobia porque infelizmente ainda é preciso levar conhecimento à uma população que não tem educação básica. Como mulher trans, ainda sinto a necessidade constante de mostrar minha voz para que, até mesmo dentro da comunidade LGBT, possamos ser respeitadas. O Brasil ainda é o país que mais mata transexuais no mundo”, afirmou Wanessa Lobato. “Esta é uma data para lembrar todos os dias os que se foram de forma trágica, em decorrência das atrocidades da LGBTfobia. É um símbolo para lembrar que todo amor vale

a pena, que é normal sim. Que devemos ter todos os direitos para nossa segurança, como todas as outras pessoas. Além de ser uma forma de nos dar voz, pois temos a necessidade de mostrar o que realmente vem ocorrendo no Brasil e no mundo”, afirmou Maria Catarina. “É um dia que me faz lembrar que a minha existência e a minha sexualidade importam, assim como a de milhões de pessoas no mundo todo que tem sua sexualidade questionada, humilhada e violentada. É um dia para celebrar e afirmar que ocupamos espaços e lembrar que mesmo conquistando muito hoje, como casamento igualitário e poder formar uma família, ainda temos muitos direitos esquecidos e continuamos lutando. Por nós e pelos que virão”, afirmou Leandra Silva.

Esta é uma data para lembrar todos os dias os que se foram de forma trágica, em decorrência das atrocidades da LGBTfobia. É um símbolo para lembrar que todo amor vale a pena, que é normal, sim.

Significado de cada letra da sigla LGBTQIA+



O movimento político e social LGBTQIA+ defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para a comunidade. Além de demonstrar luta por mais igualdade e respeito à diversidade.

O movimento, que nasceu com a sigla GLS (Gays, Lésbica e Simpatizantes), passou por transformações e incluiu mais pessoas não cisgênero. Por conta disso, novas letras foram incluídas em sua sigla e surgiram dúvidas quanto ao seu significado.

Para alguns, LGBTQIA+ são apenas letras, mas o intuito é que cada vez mais pessoas se sintam representadas pelo movimento e as suas pautas defendidas na sociedade. Cada letra representa um grupo de pessoas que sofrem diferentes tipos de violência simplesmente pelo fato de não se adequarem ao que foi normatizado pela sociedade.

Entenda o significado de cada letra da sigla LGBTQIA+:

L = Lésbicas

São mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou

seja, outras mulheres.

G = Gays

São homens que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outros homens.

B = Bissexuais

Diz respeito aos homens e mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelos gêneros masculino e feminino.

T = Transsexuais

A transexualidade não se relaciona com a orientação sexual, mas se refere à identidade de gênero. Dessa forma, corresponde às pessoas que não se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento. As travestis também são incluídas neste grupo. Porém, apesar de se identificarem com a identidade feminina constituem um terceiro gênero.

Q = Queer

Pessoas com o gênero Queer são aquelas que transitam entre as noções de gênero, como é o caso das drag queens. A teoria Queer defende que a

orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção social.

I = Intersexo

A pessoa intersexo está entre o feminino e o masculino. As suas combinações biológicas e desenvolvimento corporal – cromossomos, genitais, hormônios, etc – não se enquadram na norma binária (masculino ou feminino).

A = Assexual

Assexuais não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum que estas pessoas não veem as relações sexuais humanas como prioridade.

+

O + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero. Aqui são incluídos os pansexuais, por exemplo, que sentem atração por outras pessoas, independente do gênero.

A arte como luta contra o preconceito

ISABELLA GOULART

LGBTfobia é o termo que é usado para descrever o sentimento de ódio ou repulsa por pessoas que sejam lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans. A atitude se revela de diversas formas, podendo ser físico, psicológico ou verbal, e que deve ser combatida, para que se forme uma sociedade baseada na tolerância e no respeito ao próximo, independentemente da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. O objetivo da data também é estimular a conscientização sobre a importância da criminalização da LGBTfobia.

No Brasil, o Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia foi incluído no calendário oficial em 2010, pelo Decreto Federal de 4 de junho daquele ano.

O ator maranhense e digital influencer Juan Serra, de 24 anos, tenta usar da arte e sua voz a fim de informar sobre a LGBTfobia. O ator, que sempre foi seguro de quem era, conviveu desde criança com os comentários de alguns familiares sobre sua orientação sexual, entretanto, sempre teve o acolhimento de sua mãe e sua irmã, que o apoiaram desde o primeiro momento. “Eu sempre fui muito seguro da minha sexualidade, sempre fui muito decidido acerca de quem eu sou. Nunca senti a necessidade de colocar minha família em um sofá e falar como eu era, ou com quem me relacionava, desde que me entendi, nunca me senti diferente, eu não gosto muito dessa nomenclatura ‘assumir’, acho que se assume algo de errado, e eu não fiz e nem faço algo de errado. Para minha mãe e irmã foi de boa, a única coisa que pesou foi o medo da violência e o do mundo, mas acho que quando somos amados em casa e quando sabemos quem somos, as coisas ficam menos complicadas. Eu presenciei presenciei muito o preconceito na infância, pela minha família parte de pai, que muita das vezes me apontavam, sendo que eu era apenas uma criança e não sabia, nem entendia o que eu era ou me tornaria, mas que hoje eu agradeço muito, pois graças ao olhar deles (maldoso por sinal), eu pude parar e olhar para mim”, afirma o ator.

De acordo com os Dados da Transgender Europe, uma ONG austríaca, mostra que o Brasil é o país que mais assassina LGBTs em todo o mundo. Entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018, 271 transgêneros foram mortos em 72 países. Desses, 125 foram apenas no Brasil. Três dessas vítimas morreram em decorrência de tortura, enquanto quatro foram decapitados ou tiveram seus corpos esquartejados. Ainda segundo o relatório, a idade média de vida dos LGBTs é de 39 a 49 anos, por conta de todo tipo de violência que pode sofrer.



O redescobrimto através da arte

Desde muito pequeno Juan Serra, sempre fez teatro e tentava usufruir desta arte como um artifício para se redescobrir e mostrar quem realmente era. Por ser algo muito lúdico, o teatro lhe ajudou em aprender sobre empatia, amor e sobre aceitação. Além disso, ele viu também no teatro como uma forma de desprender de preconceitos que ainda se encontravam enraizados. “Sempre fiz teatro, mas não via o teatro como minha profissão, digo que o teatro me fez renascer, o teatro e a arte me fizeram desprender de diversos preconceitos que tinha comigo. Me fazendo perceber e entender muito o mundo que me insiro, devolvendo à vontade de viver e me ajudou a me amar como eu sou”, disse Juan Serra.

Em suas redes sociais, Juan tenta levar a informação sobre as reais situações que as pessoas LGBTs passam, mostrando que o preconceito esta presente na vida dessas pessoas. Pois apesar do passar dos anos, a violência ainda persiste tanto nos lares e também nas ruas.

No seu Instagram, além de mostrar coisas sobre sua rotina e entretenimento, ele usa sua voz tenta ajudar e dar apoio aos LGBTs. “A arte é a forma mais perfeita de levar esse tipo de informação, a arte tem em sua raiz: educar. Então nada melhor que levar informação com sutileza, amor, respeito e mostrar a nossa realidade, que somos cidadãos normais, temos famílias, pagamos contas, ficamos tristes e nada melhor que usar a arte para dar essa informação ao nosso favor, pois nos dias de hoje é inadmissível alguém dizer que não tem informações a cerca da realidade de vida de pessoas lgfts, as informações estão aí em novelas, filmes, séries. Cabe as pessoas em geral, aprender, absorver e levar como forma de respeito ao seu próximo”, afirma o digital influencer.

São Luís, segunda-feira, 17 de maio de 2021

Nome social é um direito de todos

Segundo o Código Civil, toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome. É um direito básico e o que atrelamos à nossa identidade. É a primeira coisa que contamos sobre nós mesmos quando nos apresentamos. Porém, ter direito ao próprio nome sempre foi possível para todos.



O direito ao nome social, aquele no qual pessoas transexuais, travestis ou outros preferem ser chamadas no dia a dia, ao invés de seu nome registrado em cartório, só foi possível em 2018, com a Resolução Nº 270/2018, reconhecendo assim a identidade de gênero de milhares de brasileiros e garantindo acesso à cidadania.

Para ter acesso ao nome social não há necessidade de autorização judicial e comprovação de cirurgia de redesignação sexual para a mudança (retificação) de nome. Além disso, são solicitados alguns documentos:

- certidão de nascimento atualizada
- certidão de casamento atualizada, se for o caso
- cópia do RG
- cópia da Identificação Civil Nacional (ICN), se for o caso
- cópia do passaporte brasileiro, se for o caso
- cópia do CPF
- cópia do título de eleitor
- cópia de carteira de identidade social
- comprovante de endereço
- outros tipos de certidão, do distribuidor cível e de execução criminal

A papelada precisa ser entregue para um cartório, onde a mudança será solicitada. “Entendo o nome social como uma conquista. Nele cabe uma parte subjetiva, do cotidiano, que diz respeito à apresentação, aos pronomes, aos vocativos; assim como cabe uma parte formal à qual o Supremo vem se mostrando mais flexível. Indubitavelmente são etapas importantíssimas. Primeiro porque nem toda pessoa que quer aderir ao nome social, retificando os documentos (LGBT ou não) tem disforia, desejo ou condições de fazer a cirurgia de redesignação”, conta Lucas Silva Ferreira, de 22 anos, que se identifica como homem trans. “Assim, óbvio que existem processos que acabam se tornando mais burocráticos por causa disso. Aqui posso citar como exemplo o fato de eu ter aderido ao nome social no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)”, continua.

Entendo o nome social como uma conquista. Nele cabe uma parte subjetiva, do cotidiano, que diz respeito à apresentação, aos pronomes, aos vocativos; assim como cabe uma parte formal à qual o Supremo vem se mostrando mais flexível.

Apesar das questões relacionadas a gênero ainda causarem confusão e algum estranhamento nas pessoas, o direito à dignidade e respeito não deve ser tema de debate, mas de compreensão e acolhimento para relações mais saudáveis. (A.B)

Assim, óbvio que existem processos que acabam se tornando mais burocráticos por causa disso. Aqui posso citar como exemplo o fato de eu ter aderido ao nome social no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas).

DOAÇÃO

Sangue LGBTQ+ também salva vidas

Doadores LGBTQ+ relatam suas experiências antes e depois do fim da restrição discriminatória que proibia a doação de sangue

AMANDA BITTENCOURT

Segundo o Ministério da Saúde, uma bolsa de sangue pode salvar a vida de até quatro pessoas. Num país em que campanhas incentivam a doação de sangue de forma espontânea, é quase inacreditável que até março do ano passado litros de sangue eram desperdiçados devido ao preconceito e a desinformação.

Em 8 de março de 2020, o Superior Tribunal Federal (STF) derrubou a restrição discriminatória que proibia homossexuais de doarem sangue. O entendimento errôneo de que homossexuais teriam sangue considerado contaminado vem desde os anos 1980, com a epidemia de HIV no Brasil, em que se acreditava que homens gays eram grupo de risco e não existiam testes para saber se era seguro utilizar o sangue, como é possível atualmente.

Inclusive, o termo grupo de risco entrou em desuso. O que especialistas afirmam existir é o comportamento de risco ao HIV, como relações sexuais sem preservativo e o uso de agulhas intravenosas compartilhadas. E esse comportamento pode ser praticado por qualquer pessoa independente de sua orientação sexual.

Apesar da restrição ter em foco homens homossexuais, a discriminação com pessoas não heterossexuais ao tentarem se cadastrar no banco de dados de doação também é uma realidade. “Fui tentar doar sangue pela primeira vez em 2018. Eu tinha 17 anos e



EM MARÇO DE 2020 O STF DERRUBOU A RESTRIÇÃO DE DOAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS

fui acompanhada da minha mãe, ela havia autorizado e já sabia que eu sou LGBTQ, e quando me perguntaram sobre minha vida sexual e souberam que sou pansexual deram uma desculpa e disseram que não podiam aceitar minha doação.”, relata Wanda Vieira, 19. “Hoje estou aliviada por poder ir doar sangue sem ter que encarar olhares de reprovação por ser quem sou”, continua.

Apesar do fim da restrição, nem tudo são boas novas. Educar e conscientizar não só a área da saúde, mas toda a sociedade é essencial para que os espaços acolham os possíveis novos doadores. “Eu vejo o fim da restrição muito distante da realidade.”, afirma Mirella Einstein, que é lésbica e doadora há quatro anos. “A base da situação é aquela enfermeira, aquele mé-

dico. Eles de fato vão me deixar passar se eu disser que gosto de mulheres? No papel parece sim uma melhora, mas foram tantos anos afastando o público LGBTQ de um centro de doação de sangue e tantos anos criando estigma que uma lei por si só não parece fazer efeito.”, questiona.

Com a realidade pandêmica e hemocentros pelo país tendo estoque baixo, cada doação conta e faz diferença entre a vida e a morte de muitos brasileiros. A restrição pode ter sido apenas o começo para que a solidariedade e vontade de ajudar o próximo seja maior do que estigmas enraizados. “A retirada da restrição é o primeiro passo. Mas é o primeiro passo de uma caminhada muito longa em prol da saúde coletiva.”, conclui Mirella.

Saiba como denunciar casos de LGBTfobia

JULINARA LOPES

O dia 17 de maio é um marco para a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Interseções, Assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero (LGBTQIA+). Nesta data a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID), no ano de 1990.



Desde junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o crime de homofobia deve ser equiparado ao de racismo. De acordo com a Lei 7.716/89, à luz da decisão do STF no MI 4733 e na ADO 26, configura-se o crime de racismo quando o ofendido foi impedido de exercer um direito seu, teve qualquer direito violado, ou foi tratado de forma diferente apenas por conta de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, por exemplo, quando qualquer pessoa for impedida ou tiver dificultada a sua entrada em local público por ser trans.

Entretanto, poucos LGBTQs sabem o que podem fazer caso sejam vítimas de algum crime do tipo, em alguns casos, se deparam na quase totalidade dos casos com uma série de receios

que acabam desmotivando a uma tomada de decisão. O crescente número de crimes contra essa comunidade nos últimos anos mostra a necessidade de se fortalecer a luta contra a violência.

Com o intuito de orientar, uma cartilha com dicas de como agir em situações de violência foi desenvolvida pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e a Associação brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Seleccionamos aqui algumas dicas trazidas na cartilha e outras orientações.

Como denunciar a LGBTfobia?

Deve-se comparecer à delegacia mais próxima de onde os fatos ocorreram para registrar um boletim de ocorrência. Ainda existem poucas delegacias especializadas em crimes de intolerância no país, mas o B.O pode ser feito em uma delegacia comum.

Após registrar a denúncia, a vítima deve narrar os fatos na íntegra, dando a maior quantidade de detalhes possível e indicando, além do nome e local onde o agressor reside (se souber), nomes e endereços de testemunhas que presenciaram a agressão. Gravações, prints, imagens de câmeras de segurança e outras provas também podem ser apresentados. É importante checar se os fatos narrados no B.O estão de acordo com o que descreveu.

Como ajudar uma vítima a efetivar a denúncia?

O primeiro passo é escutar a vítima, faça com que ela se sinta confortável para buscar apoio, é importante para fortalecer sua decisão de efetivar a denúncia. Acompanhe a vítima na delegacia, a sua presença aumentará a confiança dela para denunciar o crime que sofreu.

Busque orientação jurídica

As organizações LGBTQ+ recomendam que as vítimas busquem orienta-

ção jurídica logo após a ocorrência do crime ou mesmo após o registro do boletim de ocorrência policial.



Exemplos de LGBTfobia que podem ser denunciados

Acusar homens gays ou pessoas trans de serem “pedófilos”; impedir mulheres trans e as travestis de usarem o banheiro feminino, de acordo com sua identidade de gênero; deixar de atender comercialmente uma pessoa LGBTQ+ da mesma forma e com os mesmos preços que pratica para o restante da população; negar ou impedir demonstrações públicas de afetos por casais de lésbicas ou gays; demitir pessoas LGBTQ+ em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

O que não fazer?

A cartilha orienta que, no momento em que a LGBTfobia ocorrer, é de suma importância que a vítima não revide ao comportamento criminoso. Se a referida vítima, a exemplo, for ofendida na sua dignidade, com alusões à sua identidade de gênero (ou orientação sexual), em hipótese alguma deve proferir qualquer tipo de ofensa contra o agressor.

São Luís, segunda-feira, 17 de maio de 2021

17 de maio

Os direitos dentro do casamento LGBTQIA+



LUCIANA GOMES

O casamento entre pessoas do mesmo sexo passou a ser permitido no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal em maio de 2011.

A partir dessa decisão, as uniões estáveis entre casais homoafetivos passaram a ter o mesmo reconhecimento, e, para serem realizados, devem seguir as mesmas regras dos casais heterossexuais.

Para alguns casais ainda existem várias dúvidas em torno do casamento homoafetivo, pensando nisso, vamos esclarecê-las.

Para dar entrada no casamento, o casal e as duas testemunhas precisam ser maiores de 18 anos. É recomendado que o casal compareça ao cartório entre 30 e 90 dias antes da data prevista para a realização do casamento.

Documentos necessários

- RG
- CPF
- Certidão de nascimento original
- Comprovante de residência (água, luz ou telefone fixo)
- Testemunhas devem ser alfabetizadas e levar o documento de identidade original e atualizado

O dia 17 de maio foi escolhido em 1990 para marcar a luta contra a LGBTfobia, sendo o dia que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) o termo homossexualidade como doença.

E, para celebrar o Dia Internacional Contra a Homofobia, entrevistamos Aécio Macchi, que contou sobre o seu casamento, mostrando a trajetória com o seu marido Vicente Macchi.

A realização de um grande sonho



Aécio contou que a primeira data pensada para o seu casamento foi o começo de setembro de 2020, mas a pandemia não permitiu que isso acontecesse.

Realizando a cerimônia no dia 12 de dezembro de 2020, o casamento teve sua celebração civil e religiosa, sendo realizada por um padre da igreja anglicana. “Pra

mim foi uma realização muito grande poder ter a minha mãe entrando comigo, mesmo que em uma cadeira de rodas”, contou Aécio.



Pra mim foi uma realização muito grande poder ter a minha mãe entrando comigo, mesmo que em uma cadeira de rodas.

“Realizar o sonho de casar, mas não um sonho que é imposto pela religiosidade, e sim um sonho que é fruto de alguém que ama outra pessoa independentemente do gênero, a gente pode exercer o direito de brasileiro como um cidadão comum de poder casar”, acrescentou, ao falar desse sonho que se tornou realidade para ele e tantos outros casais. “A emoção maior foi casar com ele, Vicente, o homem que eu amo, ter toda minha família, ter as madrinhas, padre, meus cachorros entrando e, o mais importante, tendo minha saudosa mãe entrando conosco”, completou.



A emoção maior foi casar com ele, Vicente, o homem que eu amo, ter toda minha família, ter as madrinhas, padre, meus cachorros entrando e, o mais importante, tendo minha saudosa mãe entrando conosco.

São Luís, segunda-feira, 17 de maio de 2021

Entrevista Jânio Silva

Alto rendimento na gestão esportiva

NERES PINTO

Foi-se o tempo em que o amadorismo predominava na administração dos clubes, entidades, federações e ligas. Hoje, as entidades e empresas do ramo estão cada vez mais exigentes ao analisar o perfil de pessoas que atuam no setor, porque sabem o quanto é importante serem gerenciadas por profissionais capacitados na gestão do esporte de alto rendimento.

Os objetivos são sempre a execução de projetos por meio de pessoas que dominem planejamento, organização, direção e controle administrativo, que possibilitem resultados positivos no esporte, inclusive, como negócio. “A capacitação profissional de novos gestores esportivos é uma tendência que veio para contribuir com a gestão do esporte nacional, sua credibilidade e excelência”, afirma o professor Jânio Silva, participante do Curso de Gestão Esportiva (FAE) realizado pelo Instituto Olímpico Brasileiro (IOB), instituição que faz parte do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).



A capacitação profissional de novos gestores esportivos é uma tendência que veio para contribuir com a gestão do esporte nacional, sua credibilidade e excelência.

Indicado pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), do qual faz parte como um dos presidentes de federação estadual, Jânio considera o curso como sendo a maior importância na atualidade.

Os alunos (gestores, técnicos, atletas e colaboradores das diversas confederações do Brasil) aprendem sobre o movimento olímpico, noções básicas de gestão esportiva, desenvolvimento e preparação esportiva, além de conhecimentos sobre como se organiza uma missão para os jogos olímpicos.

O acesso ao curso (via EAD) é feito por meio de currículo esportivo e experiência profissional e, nesse aspecto, nosso entrevistado, que é técnico e coordenador de treinamento da Escola Cruzeiro de Futebol e Futsal (São Luís), com Licenciatura em Educação Física, participou do processo de seleção e preencheu todos os requisitos.

O Imparcial – O senhor acaba de ser aprovado em um dos principais cursos de Gestão Esportiva do país, realizado pelo Instituto Olímpico Brasileiro, que faz parte do COB. Qual a importância dele na sua capacitação profissional?

Jânio Silva – Participar de um curso promovido pela principal instituição de organização do esporte no Brasil é uma oportunidade única. A importância deste curso está na possibilidade de ampliar meus conhecimentos e capacidade de trabalhar com gestão do esporte, além de potencializar meu currículo através de uma entidade respeitada e com credibilidade internacional.

A decisão de participar do curso foi uma aposta sua ou teve indicação de alguma entidade à qual o senhor está vinculado? Como ingressar nesse curso?

O interesse em participar do curso foi meu. Para ingressar no curso fui indicado pela minha Confederação (CBDU) e participei de um processo de seleção através de currículo acadêmico, esportivo e experiência profissio-

nal.

O senhor considera que, além de abrir portas para a aplicação dos seus conhecimentos no Brasil, essa capacitação também traz a possibilidade de atuação no exterior? Onde seria melhor e por quê?

O curso possibilita aos alunos adquirirem conhecimentos específicos sobre a gestão do esporte olímpico, sua estrutura e realização de eventos. É um caminho, uma preparação para quem deseja trabalhar com gestão e esporte de alto rendimento. Neste momento, meu interesse é estar capacitado para qualquer grande evento no Brasil. E que uma oportunidade fora do país seja consequência de uma boa atuação local.

A gestão esportiva nesse nível que está sendo ministrada é hoje a tendência, ou seja, o caminho para obtenção de melhores resultados, seja na área dos esportes olímpicos ou no profissional? Justifique, por favor.

A gestão esportiva é muito importante no contexto da administração do esporte. É a partir dela que se desenvolvem as principais competências de organização e estrutura de qualquer atividade ou evento esportivo. A capacitação profissional de novos gestores esportivos é uma tendência que veio para contribuir com a gestão do esporte nacional, sua credibilidade e excelência.

A grande maioria das entidades e empresas da área esportiva tem prestigiado esse tipo de profissional capacitado ou, na sua visão, o aproveitamento poderia ser bem melhor? Quais as informações que o senhor tem sobre este aspecto?

As entidades e empresas que fazem o esporte nacional estão cada dia mais exigentes com o perfil de pessoas que trabalham ou desejam trabalhar com elas. Ainda é pequeno o número de profissionais que têm atribuição para trabalhar em grandes eventos. No entanto, a oferta de cursos tem crescido muito nos últimos anos. É preciso estar atento às oportunidades.

Quais os princípios básicos dessa preparação, necessários ao bom desempenho do profissional em gestão esportiva, clubes, federações e confederações?

O básico da preparação do curso é entender e conhecer a organização, estrutura e gestão do esporte olímpico, seus valores, conceitos e estratégias de execução de atividades.

Nesse campo esportivo, o senhor já tem uma experiência. Como tem sido seu aproveitamento em termos de resultados e conquistas no esporte de rendimento?

A experiência que já adquiri em outras oportunidades, participando de eventos ou competições nacionais ou internacionais foram fundamentais para que eu pudesse ingressar no esporte de rendimento como profissional e desenvolver um trabalho que aos poucos tem sido reconhecido com bons resultados no futsal e futebol de base.

Como ocorreu sua chegada à escolinha Cruzeiro São Luís, e em que estágio se encontra esse trabalho de preparação de atletas nas faixas até 14 anos?

Cheguei a São Luís em julho de 2018. Minha esposa passou no concurso da Hebesher e veio trabalhar no Hospital Universitário (HU) da cidade. Aqui recebi o convite do gestor presidente da franquia da escola Cruzeiro, professor Pedro Brito e iniciamos um trabalho de preparação de equipes para competições regionais e nacionais.

O início na prática de outros esportes, como o Futsal e o Fut-7 é fundamental para despertar a habilidade dos futuros craques no futebol de campo? Por quê?

Hoje, meu trabalho na escola Cruzeiro é com garotos de 13 a 15 anos. A base é trabalhada com as modalidades de Futsal e Fut-7. Entendemos que estas modalidades potencializam a qualidade física, técnica e cognitiva dos garotos, tornando-os mais preparados para uma transição para o futebol de campo.

Qual o resultado prático, até o momento, em se tratando de aproveitamento de atletas locais para outros grandes centros esportivos? Recentemente, quais os que se destacaram e deixaram São Luís?

Entre 2019 e início de 2020 nossos atletas participaram de muitas competições, peneiras e foram observados por técnicos e olheiros de outros clubes. Alguns atletas conseguiram ingressar em equipes como Internacional, Criciúma e Atlético Mineiro. Temos outros talentos que certamente ainda vão conseguir se destacar e vestir a camisa de grandes clubes.

Recentemente, o senhor proferiu uma palestra sobre essas questões de gestão esportiva. O que mais importante foi transmitido aos gestores e ex-gestores participantes?

Particpei de um evento sobre Futsal e seu desenvolvimento no esporte escolar e universitário. Fizemos uma boa discussão com outros profissionais do esporte e chegamos ao consenso que o desporto escolar é fundamental na iniciação esportiva. Sua prática na escola agrega valores importantes além de gerar saúde. E o desporto universitário é a continuação deste processo onde o aluno atleta pode ser um atleta profissional e ainda ter sua formação profissional.

Qual a mensagem que o senhor deixa para aqueles

que desejam investir na gestão esportiva aqui no Maranhão? Como dar o primeiro passo?

Eu acredito que todo profissional do esporte precisa conhecer e aprender um pouco sobre gestão. Assim, será possível conduzir seu trabalho com mais organização, além de potencializar suas habilidades profissionais. Existem muitos cursos disponíveis. O mercado do esporte está cada vez mais competitivo e o conhecimento é um forte aliado de quem pretende chegar ao topo dele.

**Perfil**

Jânio Silva iniciou a carreira ainda nos anos 90 como atleta de futsal no Clube Atlético Ônix do Piauí. Em 2004 foi convidado para fazer parte como atleta do projeto aluno atleta da Faculdade CEUT. cursou Comunicação Social (jornalismo), representou a instituição em diversas competições estaduais, regionais e nacionais. Formou-se em 2008, ano em que foi eleito presidente da Federação Acadêmica de Esportes Piauiense (FAEP), entidade que administra o desporto universitário no Piauí. Em 2014 concluiu o curso de Licenciatura em Educação Física. Trabalhou com futsal e futebol masculino e feminino no Piauí. Representou o Brasil a serviço da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) em eventos internacionais, olimpíadas, Mundial Universitário, Belgrado (Sérvia), 2009, Shenzhen (China), 2011, Guandzu (Coreia do Sul), 2015. Mundial Universitário Futsal em Málaga (Espanha), 2014, Pan-Americano Olímpico e Paralímpico (São Paulo), 2018. Atualmente é coordenador de treinamento da Escola Cruzeiro de Futebol e Futsal (São Luís).

Origem e história

O surgimento da Gestão do Esporte pode ser considerado a partir do desenvolvimento do próprio Esporte Moderno, já que toda e qualquer atividade esportiva necessitava e necessita de uma organização.

Sua consolidação enquanto área de conhecimento se deu somente na década de 1960, com a criação dos primeiros programas acadêmicos nos Estados Unidos. Os principais responsáveis pelo aumento da complexidade na gestão de franquias do esporte profissional americano foram as altas demandas do próprio esporte profissional, mas também do esporte universitário, assim como o desenvolvimento dos meios de comunicação e aumento do consumo de produtos esportivos.

Assim, ao longo dos anos houve aumento da complexidade na intervenção profissional de gestores do esporte, o que acabou motivando o desenvolvimento da área pelo mundo. Na Europa com relação ao “Esporte Para Todos” ou com situações relacionadas com o próprio fenômeno esportivo, como seu poder educacional, seus eventos, empreendimentos e até mesmo negócios existentes em todo o globo, destaca “a enciclopédia livre”. A Gestão do Esporte possui como principal objetivo realizar o gerenciamento efetivo, eficaz e eficiente das atividades e organizações esportivas. Onde a eficácia refere-se ao resultado alcançado, a eficiência envolve a forma com que ele é alcançado e a partir de ambas, o gestor esportivo poderá perceber a efetividade, ou seja, a capacidade em se alcançar os resultados e objetivos pretendidos.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Título do tambor de crioula é revalidado

Manifestação cultural genuinamente maranhense presente em diversas cidades do estado mantém título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil

SAMARTONY MARTINS

Trazido para o Brasil entre os séculos XVIII e XIX por escravos de diversas regiões da África, o Tambor de Crioula é uma forma de divertimento ou de pagamento de promessa a São Benedito (santo negro) e também a outros santos vinculados ao catolicismo tradicional, bem como a entidades culturais nos terreiros.

A manifestação cultural de origem maranhense, está presente em diversos municípios do litoral e do interior e tem forte representatividade na capital São Luís, onde grupos fazem apresentação o ano inteiro. Foi reconhecido em 2007 como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira pelo Iphan. Desde então, o 18 de junho se tornou Dia Nacional e é marcado por festas em diversas cidades do estado. O tambor de crioula é uma mistura de fé e tradição que faz parte dos Mestres, Mestras, coreiras (dançadeiras), que conduzem a manifestação marcada pelo ritmo intenso dos tambores e pelo influxo das toadas evocadas por tocadores e cantadores, culminando na pungua ou umbigada – gesto característico, entendido como saudação e convite. E, no último dia 12 de maio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aprovou, por aclamação, na 37ª Reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, a Reavaliação do Tambor de Crioula do Maranhão. O principal resultado dessa aprovação é o indicativo de Revalidação do título de Pa-



TAMBOR DE CRIOULA TEM O TÍTULO DE PATRIMÔNIO REVALIDADO POR 10 ANOS

trimônio Cultural do Brasil, a ser reafirmado em posterior reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. De acordo com nota do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Maranhão (IPHAN), a Reavaliação do bem cultural precede a revalidação do título, que aconteceu em reunião ocorrida no dia 12, que “aprovou o Parecer Técnico de Reavaliação do Tambor de Crioula, abrindo caminho para que o Conselho Consultivo aprove a Revalidação do título. Lamentamos que informações divergentes tenham sido propagadas por fontes alheias ao IPHAN, causando a desinformação do público e, sobretudo, dos detentores do Tambor de Crioula”, ressaltou o órgão. Ainda de acordo a nota do IPHAN, “o processo de Reavaliação do Tambor de Crioula, assim como dos demais bens registrados, é realizado pelo IPHAN conforme determina o Decreto 3.551/2000 que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial. A Reavaliação acontece de 10 em 10 anos e busca compreender as transformações pelas quais o bem cultural passou nesse período e quais foram os efeitos de-

correntes da patrimonialização. Ao chegar nesta etapa final, o IPHAN manifesta imensa satisfação pelo resultado preliminar já obtido, fruto de intenso trabalho que vem realizando junto aos grupos de Tambor de Crioula do Maranhão, com a responsabilidade de desenvolver uma política pública efetiva que fortaleça e valorize esse bem cultural”, esclarece a nota. A revalidação do título de Patrimônio Imaterial do Brasil, fortalece ainda mais o Tambor de Crioula do Maranhão como uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve uma cadeia de produção cultural que passa de geração em geração entre famílias maranhenses. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou associado a outros eventos e manifestações, as apresentações do tambor de crioula são realizadas sem local específico ou calendário pré-fixado. E, para alegria de quem vive e convive com a manifestação, o reconhecimento da revalidação é um presente em tempos de pandemia, onde infelizmente não estão acontecendo manifestações por causa do alto índice dos casos de covid-19.

SEMANA NACIONAL

Museus maranhenses na programação virtual



CAFUA DAS MERCÊS É UM DAS CASAS CULTURAIS DO MARANHÃO QUE IRÃO PARTICIPAR DA SEMANA NACIONAL DOS MUSEUS

Pelo segundo ano consecutivo, a Semana Nacional de Museus acontecerá de forma virtual, em função das restrições impostas pela pandemia causada pela Covid-19. De 17 a 23 de maio de 2021, centenas de museus brasileiros farão suas atividades, alusivas ao Dia Internacional dos Museus, celebrado no dia 18.

Com a pandemia do novo coronavírus, os museus estão com as visitas espontâneas suspensas temporariamente, atendendo apenas por agendamento. Assim as instituições estão buscando alternativas para manter as atividades através do ambiente virtual.

No Maranhão, os museus e casas de cultura, coordenados pelo Governo do Estado, via Secretaria de Estado da Cultura, mais uma vez participarão da Semana com exposições virtuais, lives, visitas museológica e ampliando debates importantes a respeito de acervo, arte, recuperação, fomento, entre outros temas.

Espaços como Museu de Alcântara (na cidade de Alcântara), Fundação da Memória Republicana Brasileira, Casa do Maranhão, Casa de Cultura

Josué Montelo, Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, Cafua das Mercês, Forte Santo Antônio, Museu Histórico e Artístico do Maranhão, Museu de Artes Visuais, Museu de Artes Sacra, e Casa do Tambor de Crioula terão atividades virtuais nas redes oficiais de cada Casa. No caso da Fundação da Memória Republicana haverá programação presencial, mediante agendamento.

Neste ano, a 19ª Semana Nacional de Museus traz como tema, “O futuro dos museus: recuperar e reimaginar”, que propõe a reflexão sobre o futuro dos museus, fomentar as discussões do campo museal e inspirar os eventos propostos pelas instituições.

De acordo com o Secretário de Estado da Cultura, Anderson Lindoso, é salutar fomentar a discussão sobre os museus e casas de cultura no que tange ao futuro desses espaços museológicos. “Participar dessa Semana Nacional, dialogar com outros espaços e refletir sobre o que estamos fazendo e o que podemos fazer para manter e despertar essa curiosidade sobre acervo, memória, história, é algo preponderante para deixar para as gera-

ções futuras, dentro do estado e fora dela”.

Para Amélia Cunha, diretora do Museu Histórico e Artístico do Maranhão e Coordenadora da Rede Estadual de Museus, a temática tem sua importância, quando propõe um diálogo entre os museus e também com a sociedade.

Em São Luís, mesmo com as Casas temporariamente fechadas, foi feito um esforço para que houvesse uma ampla participação na Semana. “Reinventar o fazer museológico é saber tratar das redes sociais, é saber tratar com esse público que vê cada vez mais o museu pela tela, pelas redes sociais, é um desafio. As casas de cultura coordenadas pela Secma tem conseguido um público cada vez maior e se reinventaram, se tornando mais próximo de um público que talvez nem frequentaria e não tinha costume de ir aos museus. Há um esforço das equipes desses espaços na busca de aprofundamento de temas interessantes e de estreitar essa relação com o público, que é de um museu vivo e dinâmico”, atestou Amélia Cunha.

VALE CONHECER

Vale lança passeio virtual por ativos nos estados onde atua



Imagine, em uma única tarde, conhecer espécies nativas da fauna e flora amazônicas, no Parque Zoológico Vale, localizado na Floresta Nacional de Carajás, no Pará, passear pela maior reserva de Mata Atlântica, com 23 mil hectares, em Linhares, em Espírito Santo, ou acompanhar de perto um carregamento de minério de ferro em um dos maiores navios do mundo, o Valemax, no Maranhão? Tudo isso em apenas alguns cliques.

A Vale está lançando a plataforma de “Visitas Virtuais”, que possibilita ao público acessar virtualmente todos os ativos da empresa, em vários estados onde atua.

Usinas, minas, portos, trem, navio, parques, reservas ambientais e operações. Há mais de um ano, as visitas a esses ativos haviam sido suspensas como medida preventiva à Covid-19. Mas, agora, estão sendo retomados os passeios com a jornada imersiva, já disponível na Internet, por meio do endereço www.visiteavale.com.br. Há conteúdos em diversos formatos, como vídeos em 360 graus, áudios, fotos, street view, além de contar com uma linguagem simples e direcionada para vários públicos: comunidade, estudantes universitários, de escolas e a sociedade em geral. Ao realizar um cadastro na plataforma, a experiência do usuário pode ser ainda mais completa e surpreendente, com a criação de um avatar personalizado, que vai desbloqueando itens ao longo da sua navegação pelo universo da Vale.

O programa Vale Conhecer sempre teve como objetivo dar maior transparência às atividades da Vale e desmistificar a mineração para as comunidades, clientes e investidores. A experiência de conhecer melhor as operações da empresa em estados, como: Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, é uma oportunidade de saber mais sobre o setor mineral, além de investimentos em inovação, saúde, segurança e sustentabilidade.

Peculiaridades do MA

A região do Maranhão é uma das mais estratégicas para as operações de mineração no Brasil, pois, além de ser um grande suporte para a produção do minério no estado vizinho, o Pará, é responsável pelo escoamento do produto para o mundo todo.

Clicando no mapa no Maranhão, é possível entrar virtualmente em um navio ValeMax, o mais eficiente do mundo, pois transportam mais carga e consomem menos combustível.

Emitem até 41% a menos de gases de efeito estufa entre a frota mundial de navios. São conhecidos como os “gigantes do mar”. Cada um tem 362 metros de comprimento, o equivalente a 26 carros populares alinhados; 30,4 metros de altura e 65 metros de largura, dimensão semelhante à de um campo de futebol. É capaz de carregar 400 mil toneladas de carga, quantidade de minério suficiente para produzir 400 mil carros.

Também dá para conhecer o processo de pelletização, em São Luís, que dá origem às pelotas, matéria-prima essencial para a produção do aço. Trata-se de uma tecnologia de processamento, que utiliza os finos gerados durante a extração do minério. Outra curiosidade que agora está acessível é o “caminho do minério”. Todo o trajeto feito pela matéria-prima do Pará ao Maranhão e as maneiras de saída dela para o mercado internacional.

Ainda não é possível passear presencialmente pelo parque botânico de São Luís, mas pelo portal das visitas virtuais dá para conhecer um pouco do parque sem sair de casa, interagir pelas trilhas do conhecimento e conhecer as espécies de fauna e flora típicas do estado e da região.